

**LegisFácil - Pesquisa Integrada à Legislação e Orientação Tributária****CONSULTA INTERNA Nº 007/2017**

Assunto: ITCD - Excedente de Meação - Decadência

Origem: DF/Uberlândia

Consultante: Marcos Antônio Ribeiro

Exposição/Pergunta:

Em 23/03/1995, o procurador de um casal protocolou junto ao TJMG - Comarca de Ituiutaba uma petição, requerendo que fosse decretado o divórcio direto do casal - NÚMERO TJMG: 034208105761-0 - NUMERAÇÃO ÚNICA: 1057610-35.2008.8.13.0342.

Em 11/05/1995 foi emitido pelo TJMG - Comarca de Ituiutaba um Termo de Audiência em Divórcio Direto Consensual, onde o meritíssimo Juiz de Direito julgou como procedente a ação de divórcio, decretando o fim do vínculo matrimonial entre o casal.

Segundo pesquisas efetuadas no site do TJMG, verificou-se que o processo supracitado teve a sua baixa definitiva em 04/09/2008.

Em 22/08/2016, a esposa protocolou junto à Administração Fazendária de Ituiutaba um pedido, requerendo que seja considerado pelo Fisco a decadência do excedente de meação que foi homologado pela justiça em 1995, sendo que, neste pedido, foi anexada toda a documentação acima citada.

Diante do acima exposto, pergunta-se:

1 - Neste caso em que o Fisco teve conhecimento de todos os fatos ocorridos somente em 22/08/2016, podemos afirmar que ocorreu a decadência para cobrança do excedente de meação, considerando como marco inicial de contagem para a decadência a data do Termo de Audiência acima referenciado?

2 - Em face à divergência de interpretação nas respostas desta Diretoria, como podemos observar, entre a Consulta de Contribuinte nº 030/2007 e as Consultas Internas nº 216/2008, 064/2011, 092/2011 e 109/2012, qual é o marco inicial que o Fisco deve adotar nestas situações, em face à crescente demanda de pedidos de decadência requeridos por contribuintes?

Resposta:

Depreende da narração dos fatos que a partilha dos bens do casal, com excedente de meação, foi homologada judicialmente em 1995. Portanto, a apuração e o pagamento do ITCD submetem-se à normatização da Lei nº 9.752/1989.

O inciso IV do art. 7º da citada lei define que o pagamento do ITCD na hipótese de doação deveria ser feito antes da lavratura da escritura pública ou do documento respectivo.

Conforme já esclarecido nas Consultas Internas nºs 216/2008 e 064/2011, o excesso de meação caracteriza doação e como tal deve ser tratado. Submete-se, portanto, ao prazo previsto no citado inciso IV do art. 7º.

Desse modo, seguindo orientação contida na Consulta por Telefone nº 756/2000 e na Consulta Interna nº 092/2011, conclui-se que o ITCD deveria ter sido pago antes da sentença homologatória da partilha, ou seja, em 1995.

As Consultas Internas nº 216/2008 e 092/2011 trataram de esclarecer que a Lei nº 9.752/1989 não contemplava norma com o mesmo conteúdo do parágrafo único do art. 23 da Lei nº 14.941/2003.

Assim, o prazo decadencial relativo ao ITCD em questão iniciou-se no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, ou seja, em 01/01/1996, exceto na hipótese de o processo correr em segredo de justiça, não sendo franqueado ao Fisco acesso às informações necessárias ao levantamento do crédito tributário após o vencimento do tributo, caso em que não se iniciaria o curso do prazo decadencial até a data em que tais informações passassem a ser disponibilizadas.

Todavia, para tanto, com a publicação da homologação por sentença, o Fisco deveria ter requerido as referidas informações para obtê-las de imediato ou preservar a integridade do prazo decadencial com o indeferimento promovido pela autoridade judiciária.

DOT/DOLT/SUTRI/SEF, 9 de março de 2017.

Marcela Amaral de Almeida
Assessora
Divisão de Orientação Tributária

Ricardo Wagner Lucas Cardoso
Coordenador
Divisão de Orientação Tributária

De acordo.

Ricardo Luiz Oliveira de Souza

Diretor de Orientação e Legislação Tributária